

EDUCAÇÃO

Professores se reúnem hoje de manhã no estacionamento do Mané Garrincha para decidir se entram em greve. Categoria quer um reajuste de 18% e realinhamento do plano de carreira, entre outras reivindicações

Sindicalistas rejeitam propostas do GDF

DARSE JÚNIOR
DA EQUIPE DO CORREIO

Depois de quase três horas de negociação, o Sindicato dos Professores (Sinpro) rejeitou as propostas apresentadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e manteve o indicativo de greve geral. A categoria se reunirá hoje, a partir das 10h, no estacionamento do Mané Garrincha para decidir se interrompe as aulas por tempo indeterminado. A promessa da governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, é suspender as conversas com o sindicato caso a greve seja decretada. A rede pública tem 600 mil estudantes e 28 mil profissionais.

A lista de reivindicações contém 49 itens com oito prioridades. Os principais pontos defendidos pelo sindicato são: reajuste de 18%, além do realinhamento previsto no plano de carreira definido em 2003; o pagamento dos atrasados; a criação de um plano de saúde; implantação de um programa habitacional e a equiparação do auxílio-alimentação, hoje em R\$ 99, com o valor pago aos servidores da Câmara Legislativa (R\$ 470). A gestão democrática, a definição de regras claras nas remoções de professores e a contratação de concursados complementam a pauta.

Duas das oito reivindicações já começaram a ser atendidas. Uma parcela de R\$ 3 milhões, referente aos atrasados, foi paga na semana passada. Mais R\$ 8 milhões serão depositados ainda este semestre. O dinheiro é referente a greves anteriores e correções de aposentadorias. “O governo não é obrigado a pagar essa quantia, mas se comprometeu com a categoria, como prova da boa vontade”, destaca o porta-voz do GDF, Paulo Fona. A contratação dos concursados também foi atendida em parte. No último sábado, 300 aprovados foram convocados.

Em relação à definição de regras para as remoções, a criação de programa habitacional e do plano de saúde, a promessa do governo é de estudar qual a melhor forma de atender os pedidos. A idéia é criar uma comissão para definir as bases do remanejamento e incluir os profissionais da área de educação em programas de habitação já existentes.

Pontos críticos

A escolha da direção das escolas por meio de eleições diretas, prevista na gestão democrática defendida pelo Sinpro, o reajuste salarial e o aumento no valor do auxílio-alimentação são pontos sem perspectiva de acordo. “É inconstitucional a eleição das diretorias e não existe previsão no Orçamento para arcar com tantas despesas”, afirma Paulo Fona. Só com o realinhamento previsto no plano de cargo de salário, o governo investirá R\$ 95 milhões a mais este ano em comparação a 2004. Serão duas parcelas que totalizam um reajuste de 17%.

“Esses valores já foram negociados e garantidos. É uma conquista consolidada. Nosso pedido é por um reajuste de mais 18%”, explica o diretor de Administração do Sinpro, Nelson Moreira Sobrinho. O plano de carreira foi conquistado após a greve de 2002, foi definido em 2003, implantado no ano passado e prevê reajustes até 2006. A previsão para o ano que vem é de um investimento total de R\$ 443 milhões, incluído os aumentos anteriores.

Para a presidente da Comissão de Educação e Saúde (CES) da Câmara Legislativa, Arlete Sampaio (PT), o encontro com a governadora em exercício representou um avanço nas negociações, mas a deputada avalia que o governo tem de se empenhar mais para resolver a questão. Na sexta-feira passada, o desembargador Waldir Leôncio Júnior, da 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça, rejeitou um recurso do Ministério Público que pedia a suspensão da contratação temporária de 1.174 professores.